

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA**
2 **DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO**
3 **ADOLESCENTE - CONANDA - DESCENTRALIZADA**

4 As dezoito horas e cinquenta minutos do dia dois de outubro de dois mil e sete, no
5 Auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Palácio
6 Guaicurus, deu-se início a Centésima Quinquagésima Sexta Assembléia Ordinária
7 Descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente -
8 Conanda. **Pauta de trabalho: I - Dia dois de outubro:** - Audiência Pública para
9 debater as violações dos direitos da criança indígena e os desafios da aplicação do
10 Estatuto da Criança e do Adolescente; **II - Dia três de outubro:** Mesas Redondas: a) A
11 Realidade das Crianças e Adolescentes Indígenas no Brasil; b) Análise de situação da
12 formulação e implementação de políticas para a população infanto-juvenil indígena; **III**
13 **- Dia quatro de outubro:** - Sessão Plenária do Conanda. **Participantes:** Estiveram
14 presentes os conselheiros titulares do Conanda: Antônio Pereira da Silva Filho,
15 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e
16 Filantrópicas; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta
17 Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria Aurilene
18 Moreira Vidal, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves
19 Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves,
20 Movimento Nacional de Direitos Humanos; Maria Ignês Bierrenbach, Fundação Abrinq
21 pelos Direitos da Criança e do Adolescente; José Ricardo Calza Caporal, Federação
22 Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Alda
23 Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; Loiva Terezinha
24 Dietrich, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Carmén S. de Oliveira, Secretaria Especial
25 dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ivanildo Tarjara Franzosi, Casa
26 Civil da Presidência da República; Leandro da Costa Fialho, Ministério da Educação;
27 Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Política de Promoção da
28 Igualdade Racial da Presidência da República. Conselheiros Governamentais Suplentes
29 que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Solange Stella Serra Martins, Ministério
30 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tendo em vista as ausências justificadas
31 das representantes da Central Única dos Trabalhadores, da Inspetoria São João Bosco -
32 Salesianos e do Conselho Federal de Psicologia, foram convocados e estiveram
33 presentes para assumirem a titularidade nesta assembléia, os conselheiros Manoel
34 Onofre de Souza Neto, da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça
35 da Infância e da Juventude, Elenice Baptista, das Aldeias Infantis SOS Brasil e Iralda
36 Cassol Pereira, Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho. Ausências justificadas
37 dos conselheiros José Eduardo Romão, Ministério da Justiça e Deuzinéa da Silva Lopes,
38 Ministério do Trabalho e Emprego. Esteve também presente a Senhora Catarina
39 Aparecida Schubert representando o Ministério da Saúde. Na Audiência Pública e nas
40 demais atividades esteve presente a Senhora Marina Rosa de Sampaio Bragança,
41 Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foram
42 também registradas as presenças das autoridades: Comandante da Polícia Militar do
43 Estado; Senhora Vilma Carvalho, Coordenadora do Programa de Medidas
44 Socioeducativas do Estado; Senhor Angelo José Motti, Coordenador do Programa Escola
45 de Conselhos; Senhor Eduardo Vieira Barnes, Coordenador Geral do Programa
46 Educação Escolar Indígena; a Senhora Maira, Ordem dos Advogados do Brasil;
47 Representantes do Conselho Estadual do Índio; conselheiros estaduais e municipais dos
48 direitos da criança e do adolescente; conselheiros tutelares; Representantes do Fórum
49 Nacional DCA; da Comissão Nacional de Política Indigenista; dos Conselhos Estaduais
50 dos Direitos da Criança e do Adolescente dos Estados de São Paulo e de Pernambuco;
51 Imprensa Local e outros operadores do sistema de garantia dos direitos da criança e do
52 adolescente. **I - Audiência Pública:** A Mesa de Abertura foi composta pela Senhora
53 Tânia Maria, Secretária de Estado do Trabalho e Assistência Social, (representando o

54 Senhor Governador do Estado), a Senhora Carmen Silveira de Oliveira, Presidente do
55 Conanda, o Senhor Pedro, Deputado Estadual e Coordenador da Frente Parlamentar e
56 Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Deputado Estadual Senhor Olavo
57 Mascarenhas, Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas, a Senhora Marina Rosa
58 de Sampaio Bragança, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
59 Adolescente, o Senhor Venício Jorge, do Conselho Estadual do Índio, o Senhor Flávio,
60 Coordenador da Funasa, o Senhor Danilo, Deputado Estadual e, o Senhor Juiz de
61 Direito da Vara da Infância e da Juventude. Inicialmente foi feita uma apresentação
62 cultural com a "Dança do Bate Pau", pelos meninos indígenas e a "Dança das Cinco
63 Tremas", pelas meninas indígenas. A Senhora Carmen fez a abertura dos trabalhos
64 saudando a todos em nome do Conanda. Em seguida, informou que a Assembléia
65 Descentralizada fazia parte da estratégia de aproximação dos Estados, abordando temas
66 peculiares, no caso de Mato Grosso do Sul, a questão indígena. Deu destaque ao
67 Programa de Aceleração da Cidadania proposto pelo Governo Federal, destacando a
68 questão do Pacto Federativo para o seu cumprimento. A Senhora Tânia, Representante
69 do Governo do Estado, cumprimentou a todos com votos de boas-vindas e agradeceu o
70 Conanda na pessoa da Senhora Carmen e os demais Conselhos Nacionais, Estaduais e
71 Municipais e aos representantes da Funai e Funasa. Salientou que Mato Grosso do Sul
72 era o segundo maior Estado com população indígena, apresentando uma radiografia de
73 todas as etnias indígenas do Estado. Agradeceu ao Presidente da Assembléia Legislativa
74 pelos constantes debates sobre a questão indígena, destacando a CPI Indígena (irá
75 enviar o documento ao Conanda). O Coordenador da Frente Parlamentar ressaltou a
76 honra de receber o Conselho Nacional no Estado, pela sua importância e destacou o
77 trabalho legislativo relativo à criança e à família, ressaltando as violações dos direitos
78 da criança indígena e de suas famílias. Em seguida, solicitou a interveniência da
79 Secretaria Nacional dos Direitos Humanos no tocante à solução do problema fundiário
80 (demarcação da terra indígena). O Deputado Estadual representante da Comissão do
81 Desenvolvimento Agrário abordou a importância do debate sobre o direito da criança
82 indígena e questionou se nos debates sobre a temática era levado em consideração à
83 questão cultural da realidade indígena e, de como aplicar o Estatuto da Criança e do
84 Adolescente nas aldeias indígenas. Ressaltou os sérios problemas nas comunidades
85 indígenas em relação às crianças, considerando de extrema importância incluir as
86 lideranças indígenas em debates tão complexos como estes, para poder avançar.
87 Destacou ainda, a necessidade do envolvimento das comunidades Kaiowás e Guaranís
88 nos debates, já que elas estão enfrentando o genocídio. Alegou que os índios estavam
89 pedindo socorro, pois, estavam passando fome. As áreas habitadas eram pequenas para
90 o cultivo e os índios acabavam saindo das aldeias. Citou que eram em torno de quatorze
91 mil índios vivendo em três mil hectares de terra, provocando problemas de drogas,
92 bebidas, desnutrição, e outros. Novamente, destacou o problema da demarcação das
93 terras indígenas alegando que os índios ainda não tinham os seus espaços, como dispõe a
94 Constituição Federal, artigo duzentos e trinta e um. O Juiz da Vara da Infância e da
95 Juventude cumprimentou a todos reforçando a necessidade de proposições concretas
96 nesta audiência. A Senhora Presidente agradeceu a todos e, neste momento, desfez-se a
97 mesa de abertura. Em seguida, foi composta a Mesa de Debates com as seguintes
98 participações: Fórum Nacional DCA, Representantes dos Conselhos Tutelares de
99 Dourados - MS, da Vara da Infância e da Juventude para questões indígenas, do
100 Governo Estadual, do Conselho Estadual Indígena, do Conselho Estadual dos Direitos
101 da Criança e do Adolescente e da Funai. Nos debates foram abordados os pontos que
102 seguem: a) **Venício Jorge, Representante do Conselho Indígena:** Destacou a
103 problemática da criança indígena das aldeias, tais como: gravidez precoce, abuso e
104 exploração sexual, infiltrações externas no dia-a-dia da aldeia, alcoolismo, droga, fome,
105 etc. Alegou que isto ocorre porque os índios se encontram confinados (pouco espaço) e
106 que estas questões precisavam ser resolvidas. A Senhora Helena de Biasi, representante
107 da Funai e conselheira indigenista, complementou falando da necessidade de se discutir
108 políticas públicas a serem efetivadas nas terras indígenas. Abordou ainda, a questão da

109 terra e do direito coletivo de pensar na criança. Destacou os encaminhamentos da I
110 Oficina da Criança Indígena, promovida pelo Conanda, cujos encaminhamentos não
111 foram efetivados. Para ela, se tivessem sido, os mesmos poderiam estar produzindo
112 resultados diferentes e que não adiantava realizar ações fragmentadas, mas sim ações
113 que ajudassem a melhorar a situação dos povos indígenas. Alegou que quando se fala no
114 Estatuto da Criança e do Adolescente não se fala das violações e que era necessário
115 levar as ações para as aldeias antes de acontecer às violações. Esse era o desafio para a
116 implementação do Estatuto. Enfatizou que era preciso fazer alguma coisa urgente para
117 mudar a situação, principalmente em relação à criança indígena. Que era preciso
118 construir um caminho onde não se pudesse fragmentar, mas sim juntar. Que era bom
119 discutir, mas era necessário agir; **b) Darci Lima, conselheira tutelar de Dourados:**
120 Destacou as dificuldades das crianças indígenas das aldeias. Afirmou que muitas delas
121 eram usuárias de drogas, álcool, sofriam abuso sexual, estupro etc. Todas as noites as
122 crianças perambulavam pelas ruas da cidade e até dormiam nelas. Falou das
123 dificuldades de entrar nas aldeias para reinseri-las e que muitas vezes depois disso, elas
124 voltavam para as ruas novamente. Daí a necessidade de encaminhá-las para os Abrigos,
125 visto que os pais também eram alcoólatras. Citou que em muitos casos as crianças
126 dormiam com animais doentes, afetando a própria saúde. Havia falta de lazer e de
127 políticas públicas. Outro fator a considerar, foi a falta de autonomia dos índios para
128 fazer suas compras, sendo obrigados a comprar em determinados lugares pagando-se
129 mais caro pelos produtos. Citou que o Estatuto da Criança e do Adolescente não
130 discriminava a criança indígena, pois elas tinham os mesmos direitos de ter educação,
131 lazer, cultura, moradia, saúde, etc; **c) Cimara Fernandes de Oliveira Cabral,**
132 **Secretária Estadual de Assistência Social:** Falou do privilégio de estar recebendo o
133 Conanda. Em seguida, citou o artigo quarto do Estatuto da Criança e do Adolescente,
134 destacando o direito à convivência familiar e comunitária, alegando que todos
135 precisavam dar o melhor de si para essa realização. Para ela, as coisas mais difíceis
136 tinham respostas mais simples e que era preciso uma reflexão para melhorar as
137 diferenças e mudar. Continuando, fez um breve relato da sua experiência sobre o
138 sistema de alfabetização diferenciada na cultura Terena, onde a criança era prioridade.
139 Citou a questão dos princípios e dos valores indígenas que eram diferentes da nossa
140 cultura, citando algumas ações concretas determinantes. Falou sobre a necessidade de se
141 construir o direito à convivência familiar e comunitária indígena e que aquele era o
142 momento; **d) Marina Rosa de Sampaio Bragança, Presidente do Conselho Estadual**
143 **dos Direitos da Criança e do Adolescente - MS:** Afirmou ter a absoluta certeza de
144 que todos sabiam muito pouco de etnia, dos direitos da criança indígena. Também
145 abordou a questão da universalização do Estatuto da Criança e do Adolescente e que o
146 índio poderia concorrer à eleição para conselheiro tutelar em igualdade de direitos com
147 outros conselheiros, alegando que este tema já tinha sido objeto de discussão no
148 Conselho Estadual dos Direitos. Abordou a questão da denúncia dos encaminhamentos
149 de crianças indígenas entre três a dezessete anos aos Abrigos e ao Programa de adoção
150 nacional e internacional por não-indígenas afastando-as do seu convívio familiar, pela
151 vulnerabilidade de suas famílias e que estas denúncias tinham sido enviadas ao Tribunal
152 de Justiça / Comissão de Adoção Internacional e ao Procurador Geral da República.
153 Ressaltou que as crianças dos Abrigos aos poucos iam perdendo os vínculos familiares
154 provocando problemas de identidade. Ressaltou também, que o Conselho Estadual dos
155 Direitos tinha inúmeras preocupações com a exploração pela falta de conhecimento da
156 criança indígena. Destacou a riqueza da pauta de discussões e dos trabalhos a serem
157 realizados pela Asssembléia Descentralizada. Falou da importância do Projeto de
158 Formação de conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares sobre a criança indígena
159 firmado com a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente,
160 colocando-se à disposição para as articulações necessárias. Falou também, das
161 discussões havidas no Estado, tais como: crianças nas carvoarias, crianças catadoras de
162 lixo e agora a criança indígena. Por fim, considerou que ainda havia muitos debates e
163 discussões a serem feitos no campo das idéias. Encerrando a fala dos representantes da

164 Mesa, abriu-se o Debate, conforme registro: 1) **Quenio / Índio Guarani**: Questionou o
165 que levava as crianças a estarem nas ruas e ressaltou a importância do debate; 2)
166 **Terezinha/Comissão Nacional de Política Indigenista/MJ**: abordou a questão
167 fundiária e a necessidade de se resolver a problemática; 3) **Cristina**
168 **Guimarães/Conanda**: Falou sobre a necessidade de pensar as políticas públicas
169 voltadas para a criança indígena. Quanto às oficinas, falou que as mesmas estavam
170 sendo aprofundadas e estabelecendo diálogos para a elaboração de políticas, visando
171 restabelecer os direitos da criança indígena e que era necessário envolver o Poder
172 Executivo e o Judiciário neste debate; 4) **Emir / Índio Terena**: Falou das dificuldades e
173 das reuniões para discutir os assuntos e que os direitos do índio nunca saíam do papel.
174 Que era necessário compreender o jeito de ser do índio cujas diferenças estavam na
175 etnia. Enquanto a sociedade brasileira não ouvi-los os problemas não seriam resolvidos.
176 Questionou até quando teriam que ouvir que a comunidade indígena se tornou
177 irresponsável? Até quando teriam que discutir a comunidade indígena? Eles querem os
178 direitos do índio hoje. Disse que, na época das eleições, os índios eram tratados iguais e
179 quando passava as eleições eram tratados diferentes. Abordou a questão da demarcação
180 da terra que precisava ser resolvida urgentemente. Disse que cada etnia tinha a sua
181 diferença, que a cultura de cada uma era diferente, precisando ser respeitada; 5) **Romeu**
182 **Martins – Índio das Aldeias Jaguapiré**: Também abordou o problema da terra, a
183 situação das crianças que se prostituíam, as mães que se embriagavam, crianças
184 vendidas e gravidez precoce. Disse que as adolescentes não queriam mais tomar os
185 remédios tradicionais da cultura indígena. Para ele, a Funasa era o único órgão que
186 estava atuando. Propôs levar estes assuntos ao Presidente da República e que o debate
187 daria força para encaminhar as questões aqui discutidas. O índio Valdemir endossou as
188 palavras do seu antecessor e a índia Kaiowa disse que os discursos apresentados não
189 eram novos, que há muito tempo as Comunidades Indígenas vinham discutindo estes
190 assuntos e a situação era sempre a mesma, agora esperava mudar a situação; 6) **Odair /**
191 **Conselheiro Tutelar**: Destacou que o Estado de Mato Grosso do Sul jamais havia
192 vivido um momento como este e que nunca a política havia sido tão valorizada. Alegou
193 que muita coisa havia mudado e que o índio precisava ser inserido na globalização. A
194 Senhora Presidente fez uma síntese dos assuntos debatidos conforme segue: a)
195 **Centralidade**: garantir o direito à terra Guarani / Kaiowa; b) **Polêmica**: igualdade de
196 condições – O estatuto diferenciado para a criança indígena (que a comunidade indígena
197 diga o que é necessário); c) **Falta de encaminhamentos**: da I Oficina da Criança
198 Indígena. No dia três de outubro deu-se sequência aos debates para celebrar os dezessete
199 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Dia da Criança. **I Mesa Redonda – A**
200 **Realidade das Crianças e Adolescentes Indígenas no Brasil**. A Senhora Presidente abriu
201 os trabalhos convidando para compor a Mesa: os representantes indígenas, a
202 representante da Universidade Federal de Santa Catarina, os representantes do CIMI e
203 do IBIS. a) **Tônico Benites – Índio Kaiowa da Aldeia Jaguapiré / MS – Tema:**
204 **Dilema da questão Indígena**: O Senhor Tônico afirmou que a escola tratava o índio de
205 maneira genérica e que o professor precisava entender o povo indígena, seu jeito ser e
206 de pensar. Abordou o problema das interferências externas considerando-as negativas;
207 b) **Egoh Heck – Conselho Indigenista Missionário / CIMI – Tema: Crianças e**
208 **adolescentes indígenas no Mato Grosso do Sul**: Falou da difícil luta contra a violência
209 e a fome, a questão da falta de terra e, que as famílias indígenas iam crescendo não
210 tendo terra para morar e criar seus filhos. Para ele, a complexidade da terra desafiava
211 buscar entendimentos para a valorização dos povos indígenas. Disse que Mato Grosso
212 do Sul era o Estado brasileiro com a menor quantidade de terra indígena, considerando a
213 situação extremamente grave. Ressaltou que a terra para a criação de gados era muito
214 maior. Abordou também, a questão da violência, da desagregação das famílias, da
215 escravidão, alegando que este quadro tendia a se agravar. Destacou a necessidade de se
216 articular as forças indígenas do Estado, pois havia um clima de hostilidade da
217 comunidade mato-grossense e que a questão indígena era integrada, não podendo se
218 fragmentar. Outro ponto abordado, foi a fragilidade dos laços familiares, famílias

219 extensas, dependência quase total dos programas assistenciais do governo (cesta básica).
220 Com relação às Usinas de álcool, falou da desagregação ambiental e de seus territórios e
221 espaços de confinamentos. O trabalho realizado nas Usinas era escravizante, havendo
222 em torno de dez mil índios envolvidos no trabalho e há previsão para criação de mais
223 cinquenta Usinas nos próximos anos, além do aumento de áreas plantadas. Apresentou
224 estatística do Pólo Funasa sobre: assassinatos de índios, mortes por desnutrição e outros;
225 **c) Antonella Tassinari – Universidade Federal de Santa Catarina – Tema:**
226 **Concepções da Infância e Juventude Indígena no Brasil:** A Palestrante abordou a
227 pouca evolução do Estatuto da Criança e do Adolescente, do vazio de informações nas
228 etnografias e no adultocentrismo do pensamento. Abordou noções comuns, as práticas
229 cruéis (infanticídio de recém-nascidos) e raptos de crianças maiores. Reconheceu que
230 havia poucos dados sobre a infância indígena, que era preciso deixar de lado os
231 preconceitos e reconhecer a diversidade indígena. Abordou a criança como sujeito de
232 sua educação, o reconhecimento das diferentes habilidades das crianças frente aos
233 adultos, entre outros. Por fim, abordou a questão da relação entre índios e não índios. **d)**
234 **Stela Márcia Scandola – Instituto Brasileiro de Inovações Pro Sociedade Saudável**
235 **– Tema: A realidade da Rede Garantia de Direitos da Criança e as Crianças dos**
236 **Povos Indígenas:** A Senhora Stela iniciou a sua fala ressaltando a necessidade de
237 desaprender para aprender. Destacou a dificuldade dos Conselhos entenderem o índio e
238 que era preciso aprender o que era criança indígena. A palestrante deu enfoque a
239 pesquisa sobre o levantamento da situação dos povos indígenas, apresentando dados
240 sobre a mesma e sobre o relacionamento do conselheiro tutelar com as crianças
241 indígenas. **d) Cícero Pereira – Ministério Público do Trabalho / Coordenadoria do**
242 **Trabalho Infantil e Trabalho Indígena:** Citou a Convenção Cento e Sessenta e Nove
243 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e o Decreto de dois mil e quatro, que
244 dispõe sobre a Declaração dos Povos Indígenas. Alertou, que as crianças indígenas
245 estavam trocando a escola para trabalharem nas Usinas de cana-de-açúcar e que o
246 Ministério Público estava tomando as providências neste sentido. Destacou a questão da
247 exploração sexual de crianças indígenas em Dourados / MS e na fronteira com o
248 Paraguai (cidades de Pontaporã e Don Juan Cabaleiro). Informou também, sobre a
249 existência de tráfico de crianças e trabalho escravo. Por fim, convidou a todos a
250 participarem do Congresso sobre trabalho indígena, a realizar-se no período de cinco a
251 sete de novembro de dois mil e sete, no Palácio Popular de Cultura em Campo Grande /
252 MS. A Senhora Presidente apresentou uma síntese das questões debatidas, dando
253 enfoque nas seguintes questões: **a) hostilidade da comunidade mato-grossense de forma**
254 **sutil; b) homogeneização daquilo que é inverso; c) desaprendizagem; d) o Plano de**
255 **Aceleração do Crescimento pode trazer novas violações de direitos; e) usinas concorrem**
256 **para novas violações de direitos.** Encerradas as apresentações dos palestrantes, a
257 Senhora Presidente abriu o debate tendo sido registrado os pontos que seguem: **Júlia**
258 **Deptulski - Vice-Presidente / Conanda:** propôs que o Conanda aprofundasse o direito
259 à terra para tentar garantir que os povos indígenas tomassem posse de suas terras.
260 Questionou, até que ponto o conselheiro tutelar analisava o tipo de violação
261 argumentando que o que era violência para nós para os povos indígenas não era.
262 Também propôs ampliar esta discussão no Conanda; **Anaci Vieira / CIMI:** destacou a
263 questão da terra questionando se as discussões iriam resolver alguma coisa. Alegou que
264 a sua aldeia possuía apenas noventa e cinco hectares de terra. Informou que a Caixa
265 Econômica Federal não reconhecia o documento de identidade indígena como
266 documento legal para ter acesso aos seus direitos e, com isso, não podiam receber os
267 benefícios sociais como o seguro desemprego. Reforçou as falas anteriores sobre os
268 problemas de drogas e bebidas nas aldeias. Lamentou a ausência de várias etnias neste
269 evento. **Volmar / Conselheiro Tutelar / Dourados:** Destacou o entendimento
270 equivocado sobre o papel do conselheiro. Esclareceu que o conselheiro tutelar ajudava
271 as famílias não só com relação às terras mas, visitavam os Abrigos informando sobre a
272 situação dos mesmos. Informou que geralmente as crianças abrigadas tinham sofrido
273 abuso e exploração sexual, violência física, etc e que as mesmas precisavam de um

274 mínimo de estrutura para a sua recuperação. **Poleti / Indigenista:** Falou sobre a questão
275 do trabalho infantil, alegando que ficava claro a necessidade de mudanças. Disse que
276 era preciso solucionar os problemas sem muito diálogos e reflexões. Era preciso que
277 cada um olhasse para a sua ação. Questionou o que era preciso fazer para fortalecer as
278 comunidades indígenas. **Alda / conselheira / Conanda:** questionou e que era direito
279 violado. Propôs maior e melhor conhecimento antropológico sobre o assunto. **Marlene**
280 **/ Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual:** Destacou a realidade das
281 falas apresentadas e que dentre elas uma havia chamado a atenção: 1) as discussões dos
282 povos indígenas não eram fragmentadas. Citou também as ações para a América Latina;
283 2) Indagou ao representante do Ministério Público do Trabalho, se era possível a
284 interveniência do mesmo para a emissão do registro de nascimento para que os índios
285 pudessem ter os seus documentos. **Antonella / UFSC:** Alegou que a questão do
286 infanticídio era angustiante e que era preciso realizar um trabalho com essas famílias.
287 Com relação às crianças indígenas abrigadas, questionou se ao retirar a criança e levá-la
288 para o abrigo, o Conselho Tutelar ouvia antes a comunidade indígena. Se isto não
289 estivesse acontecendo, argumentou que o Conselho Tutelar poderia estar cometendo um
290 crime. **Tonico Benites / Índio Kaiowa:** Enfatizou que a violência nas aldeias só será
291 resolvida com a demarcação das terras indígenas. Alegou que quem estava incentivando
292 a violência era a própria justiça. (polícia, reserva superlotada com interferências
293 externas). **Cícero Ferreira / MPR:** Esclareceu sobre a condicionante do Decreto cinco
294 mil e cinqüenta e um, de dois mil e quatro, que visa atender a oitava, desde que, não vi-
295 direitos humanos internacionais. Não desrespeitar o direito humano "do direito à vida".
296 Propôs-se fazer análise da lei (que não aceita o documento indígena), para saber quais
297 as providências a serem tomadas. Com relação ao trabalho de criança e adolescentes nas
298 Usinas, alegou ser terminantemente proibido. O assunto iria ser informado a quem de
299 direito, para solução do problema. Por fim, solicitou ao Conanda que propusesse o
300 sistema de quota para as crianças indígenas. A Senhora Presidente fez uma síntese do
301 Debate da I Mesa Redonda destacando: a) somar esforços e estreitamento com as
302 instâncias locais; b) inserir no site da Secretaria Executiva do Conanda todas as
303 informações da Assembléia Descentralizada sobre as crianças dos povos indígenas do
304 Brasil, inclusive os textos dos debates; c) debater a questão do infanticídio; d) discutir a
305 questão em pauta, nas áreas de fronteiras; e) o Conanda deve criar normativas sobre o
306 assunto. Dando prosseguimento ao debate sobre o tema central das mesas redondas, a
307 Senhora Presidente convidou, para compor a II Mesa de Debates, Helena Oliveira -
308 Unicef; Terezinha Gasparin Maglia - Assessora do Ministério da Justiça e Membro da
309 Comissão Nacional de Política Indigenista; Eduardo Vieira Barnes - Coordenação Geral
310 de Educação Escolar Indígena / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
311 Diversidade, do Ministério da Educação; Dr. Henrique - Coordenador de Saúde
312 Indígena / Fundação Nacional da Saúde / Funasa / MS. A Coordenação da Mesa esteve
313 a cargo das conselheiras do Conanda Alda Elizabeth e Cristina de Fátima. Dando início,
314 a Senhora **Terezinha Gasparin CNPI / MJ** fez uma breve explanação sobre a Comissão
315 Nacional de Políticas Indigenistas, informando que a mesma havia sido idealizada em
316 março de dois mil e seis, criada por meio de Decreto Presidencial e estruturada por meio
317 de Portaria / MJ. Apresentou a relação das Subcomissões e as suas principais funções,
318 ressaltando que a Comissão Nacional representava as articulações das políticas públicas
319 voltadas para os povos indígenas e que ela representava os Índios Yanomamis na
320 referida Comissão. Com relação ao debate sobre infanticídio, a Senhora Terezinha
321 salientou que este era um assunto que o povo indígena teria de resolver. Quanto à terra,
322 informou que em outras localidades havia terra demarcada com espaços bem maiores.
323 No tocante ao Conselho Tutelar indígena, ressaltou que os indígenas não precisavam ser
324 tutelados, mas sim, precisavam de ajuda. Considerou que o banco de dados da Funai
325 deveria ser disponibilizado ao Conanda e a todos os demais órgãos. Destacou a
326 viabilidade do Conanda contribuir com a questão em pauta nas áreas de fronteiras.
327 **Eduardo Barnes:** Falou da Educação Escolar e dos marcos institucionais no sistema de
328 ensino, para uma educação diferenciada. Alegou que a Escola Indígena deveria atender

329 os projetos sociais, ressaltando que, no âmbito geral as escolas indígenas são compostas
330 de quase mil índios e que a maioria delas estavam localizadas em áreas rurais. Ressaltou
331 a necessidade de se fortalecer a capacidade de gestão, com conhecimento universal para
332 além das aldeias bem como, a melhoria da infra-estrutura das escolas indígenas.
333 Informou sobre a proposta do Mec voltada para formação de professores com formação
334 superior, para as escolas indígenas e que a meta era investir na formação de quatro mil
335 professores de nível superior. Apresentou dados estatísticos de que, a cada quatro
336 estudantes do ensino fundamental apenas um era aprovado para o ensino médio.
337 Informou também, que havia reivindicação para a criação de Centros de Educação para
338 os povos indígenas. **Representante do Conselho Nacional de Saúde:** Afirmou que
339 todos estavam se sentindo impotentes e que era necessário melhorar a saúde indígena.
340 Disse que o número de suicídio estava aumentando e que a questão do infanticídio era
341 preocupante, porém, o Conselho tinha preocupações em interferir nesta questão.
342 Questionou ao Conselho Tutelar o que fazer quando uma criança indígena era
343 violentada. Finalizando, convidou a todos para o Seminário sobre violência, a realizar-
344 se nos próximos dias vinte e quatro a vinte e seis de outubro próximo. **Dr. Henrique /**
345 **Funasa:** Abordou o problema dos Distritos Brasileiros (Distrito Sanitários) e a questão
346 da criança indígena no Mato Grosso do Sul. Falou das várias etnias e das quarenta e
347 quatro lideranças existentes no Estado. Apresentou o modelo organizacional, a estrutura
348 mínima de cada aldeia e dados epistemológicos do Pólo Base de Dourados bem como,
349 as atividades desenvolvidas nas aldeias, como a distribuição de cesta básica. Por fim,
350 apresentou dados estatísticos e fotos degradantes de crianças e adolescentes vítima de
351 abuso sexual ou agressão, indicadores de suicídio e desnutrição. **Helena / Unicef:**
352 Salientou que o tema em debate estava também no centro das políticas públicas e que as
353 dificuldades na educação eram atender os três por cento de crianças e adolescentes
354 indígenas. Falou da necessidade de pesquisa sobre a igualdade racial que apontasse a
355 violência nas aldeias e a participação das populações afrodecendentes assim como, a
356 necessidade de políticas públicas afirmativas como sujeitos de direitos. Indago, caso não
357 existisse adolescentes nas aldeias, que tratamento deveria se dar ao Estatuto da Criança
358 e do Adolescente? Como dialogar se ele já tinha saído do estágio criança e passado para
359 a fase adulta? Segundo a Senhora Helena, há muito tempo o Unicef vinha debatendo
360 estas questões. Enfatizou a necessidade de se trabalhar junto e criar estratégias.
361 Questionou ao Conanda o que ele esperava com esse debate. Em seguida, a palestrante
362 falou da reunião com os jovens participantes do Encontro Nacional dos Povos das
363 Florestas para a elaboração da Carta dos Povos Jovens Indígenas, fazendo a leitura da
364 mesma. A conselheira Alda agradeceu aos palestrantes, esclarecendo que a Assembléia
365 Descentralizada era fruto de um ano e meio do Grupo de Trabalho da Comissão de
366 Políticas Públicas. Em seguida abriu-se o debate onde foram registrados os seguintes
367 pontos: **Carmen / Ex-Coordenadora do Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares:**
368 Destacou o quanto a Funasa havia caminhado, porém, sentia-se chocada em saber que a
369 violência ainda continuava. Propôs que a Funasa descobrisse quais índios eram
370 profissionais como: Psicólogos, Assistentes Sociais, etc, e os contratasse como técnicos
371 para trabalhar com a população indígena. **Edson Felipe / Índio Terena:** Disse à
372 Senhora Carmen que essa era a preocupação e a necessidade que os índios sentiam.
373 Alegou que a região não falava aos Terenas. Indagou como a Funasa estava planejando
374 trabalhar isto. **Júlia / Conanda:** Indagou o que era estupro na comunidade indígena. O
375 Dr. Henrique esclareceu que menina entre doze e treze anos que sofria violência não era
376 considerada estupro. O estupro só era considerado em crianças de até três anos de idade.
377 Quanto à legalização do trabalho indígena, considerou que o impedimento deveria ser
378 para todas as crianças e adolescentes. Tendo em vista o compromisso de alguns
379 palestrantes e o adiantado da hora do almoço, foi proposto e aprovado que o debate teria
380 continuidade ao final da apresentação da última mesa. **III Mesa de Debates:** A terceira
381 Mesa de Debates teve a seguinte composição: **Leilá Leonardos,** Assessora da
382 Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos / **Coordenação Nacional de**
383 **Mobilização para o Registro de Nascimento;** **Mariza Tardelli,** Assessora da

384 Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente / SPDCA;
385 **Cristina**, da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária
386 do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; **Ariadne de Fátima Cantu Silva**,
387 Coordenadora da Comissão de Garantia dos Direitos das Crianças da Associação
388 Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça - ABMP; **Rosângela Gonçalves de**
389 **Carvalho**, Coordenadora do Comitê Gestor de Ações Indigenista Integrada da Grande
390 Dourados. Antes das apresentações, a Senhora Helena de Biasi Coordenadora do
391 Programa de Educação e Saúde Indígena da Funai, falou sobre os problemas do álcool,
392 abuso e exploração sexual, alegando que o problema mais difícil nas aldeias era a
393 sobrevivência. Alegou que era difícil pensar nas soluções e destacou a articulação das
394 comunidades indígenas, porém, reconheceu que os órgãos governamentais e não
395 governamentais não davam respostas. Manifestou a sua fé nos povos indígenas dizendo
396 que eles sabiam de tudo o que precisavam. **Leilá Leonardos**, Coordenação do Registro
397 Civil: falou sobre o Subregistro de Nascimento no Mato Grosso do Sul e do Projeto
398 Registro Civil de Nascimento dos Povos Indígenas da Secretaria Especial dos Direitos
399 Humanos abordando também, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
400 Esclareceu que o Programa de Registro Civil visava um conjunto de ações integradas,
401 apresentando quadros comparativos na região Centro-Oeste. Apresentou as principais
402 dificuldades e as estratégias para a erradicação do registro civil de nascimento. A
403 palestrante esclareceu ainda, a ampliação da rede do programa para os povos indígenas
404 e para as comunidades tradicionais quilombolas e ciganas. Para isto a Secretaria
405 Especial dos Direitos Humanos, havia firmado parceria com o Projeto Rondon no
406 Amazonas e no Centro-Oeste. Disse, que seriam realizados fóruns de debates no meio
407 acadêmico, incluindo a SEDH, Funai, o MDS, Organizações Indígenas e outros, para
408 discutir os novos paradigmas de relações interétnicas na formação profissional do direito,
409 da antropologia, da Ciência, da Linguística e de outros; **Mariza Tardelli**, Assessora da
410 Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA: Deu
411 destaque para o Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da
412 Criança e do Adolescente onde estavam inseridas as ações do Plano Nacional de
413 Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária e do
414 Pró-Conselho Brasil. Com relação ao Plano Nacional, enfatizou a sua relevância e a
415 mudança no paradigma do atendimento à criança e adolescente sobretudo, na efetivação
416 do seu direito à convivência familiar e comunitária. Falou a respeito da diversidade
417 étnico-cultural, destacando as questões de gênero e raça, informando que pouco se tinha
418 feito nestas áreas. Afirmou que estes paradigmas estavam dispostos no Estatuto da
419 Criança e do Adolescente para todas as crianças e adolescentes e que era necessário
420 discutir e agir nestas questões. Abordou os resultados da Pesquisa do Pró-Conselho
421 Brasil "Conhecendo a Realidade" (perfil dos Conselhos no Brasil), concluída no ano
422 passado. Apresentou dados estatísticos da pesquisa, destacando a ausência de dados
423 sobre a criança indígena e a pouca importância dos Conselhos na elaboração de políticas
424 públicas. Informou sobre os Convênios firmados para capacitação de conselheiro nas
425 regiões Norte e Nordeste, tendo sido capacitados uma média de dez mil conselheiros.
426 Informou também, sobre os Projetos aprovados por meio do Edital dois mil e sete e por
427 meio do Guia de Procedimentos (repescagem). Dos onze Projetos aprovados, um deles
428 era do Mato Grosso do Sul / Escola de Conselhos, com abrangência de cinquenta e nove
429 municípios. Aprovado ainda, o Projeto de Formação de conselheiros tutelares e
430 conselheiros municipais, estadual e nacional dos direitos no atendimento à criança e ao
431 adolescente indígena, com abrangência de vinte e oito municípios; **Cristina**, Secretaria
432 de Estado do Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária: A Senhora Cristina
433 também abordou o Projeto de formação de conselheiros, alegando que era necessário o
434 conhecimento, o fortalecimento e a potencialização do Projeto tendo o mesmo sido
435 deliberado pelo Conselho Estadual dos Direitos. Destacou que era importante
436 compreender a diversidade cultural indígena na busca da garantia dos direitos da criança
437 e do adolescente à proteção integral e a importância de se criar espaços de debates,
438 reflexões e apoio mútuo. Falou das etapas metodológicas, dos conteúdos, metas e

439 parceiros envolvidos e sua importância para os vinte e oito municípios beneficiados;
440 **Rosângela Gonçalves**, Comitê Gestor de Ações de Gestão Integrada: A palestrante
441 abordou a grave situação dos povos Guaranis e Kaiowas, apresentando a definição, os
442 antecedentes, a composição e a formação desses povos. Informou que o Comitê era
443 composto pelo: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Funai,
444 Funasa, Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Prefeitura de Dourados e
445 Assembléia de Lideranças Indígenas. O Comitê era uma instância de pactuação e
446 controle social sobre todas as ações governamentais e não governamentais indígenas.
447 Apresentou os aspectos que deveriam ser considerados na formulação e implantação dos
448 programas, projetos e ações. Apresentou também as estratégias de atuação (parâmetros
449 de intervenção qualificada), sobre ações emergenciais e ações estruturantes previstas e,
450 em execução; **Ariadne**, ABMP: Primeiramente, informou sobre a criação da Comissão
451 dos Direitos da Criança e do Adolescente Indígena e da sua nomeação para a
452 coordenação dos trabalhos. Em seguida, apresentou dados estatísticos alarmantes sobre
453 assassinatos e mortes de crianças indígenas no Mato Grosso do Sul, da difícil situação a
454 ser enfrentada e onde o operador do direito devia intervir. Disse que reconhecia o direito
455 do índio de manter a sua cultura, mas que também era direito do índio ter direito à vida
456 (caso de infanticídio). Ressaltou que todas as capacitações deveriam abordar a criança
457 indígena. Neste momento, a Senhora Ariadne fez a entrega do Projeto Piloto de
458 Enfrentamento e Garantia dos Direitos à Criança e o Adolescente da ABMP à Senhora
459 Presidente do Conanda. Encerradas as apresentações abriu-se o debate, conforme o
460 registro: **Bárbara / Dourados**: Informou que haviam programas e projetos que
461 poderiam estar articulados mas havia falta de escutas e, que as políticas públicas eram
462 criadas de fora para dentro. Alegou que faltava conhecimento, mas que havia muita
463 informação. Disse que existiam leis, portarias, declarações mas não eram cumpridas. As
464 comunidades indígenas tinham estrutura e seus caciques. Salientou que a Declaração
465 dispunha que os povos indígenas têm direito à vida e à alimentação e que era necessário
466 cumprir e, que o índio sabia cuidar. Solicitou que o Conanda deixasse os índios
467 participarem do Conselho e de todas as discussões; **Representante Indígena de**
468 **Roraima**: Também abordou a falta de articulação, dizendo que o governo federal
469 aportava recursos, mas que os Estados e Municípios não tinham contrapartida. Com
470 relação ao registro civil, argumentou que os povos não querem o registro indígena e
471 que, existem índios que não estão na escola porque não tem registro civil; **Carmen /**
472 **Dourados**: Destacou sobre as dificuldades dos Conselhos com os Promotores de Justiça
473 e indagou ao Conanda, como tinha ficado a questão do Estatuto do Índio e o Estatuto da
474 Criança e do Adolescente (debate já promovido pelo Conanda para incluir artigo no
475 Estatuto do Índio, dispendo sobre o cumprimento do Estatuto da Criança e do
476 Adolescente). **Leilá Leonardos /RCN**: Afirmou que a preocupação do Programa de
477 Registro Civil era assegurar o direito ao registro, com nome e sobrenome. Esclareceu o
478 que era o registro civil (direito do cidadão brasileiro e que os povos indígenas tinham
479 esse direito) e o que era registro administrativo, emitido pela Funai (documento do
480 índio). **Ariadne / ABMP**: Explicou que ainda havia muitas dúvidas sobre as etnias
481 indígenas e que era preciso construir uma cultura legítima dos operadores dos direitos.
482 A Senhora Rosângela acrescentou que o Comitê era um processo de ação conjunta
483 Estado e Municípios e que precisava de diálogo permanente das pessoas que atuavam
484 nas aldeias. **Helena /Unicef**: Questionou ao Conanda sobre o que ele esperava de
485 concreto ao final desta Assembléia, visto que os assuntos tratados já estavam sendo
486 discutidos em outras instâncias. **Carmen / Dourados**: sobre a fala da Senhora Helena
487 propôs que o assunto fosse levado as Conferências Estaduais dos Direitos para
488 discussão. Considerou que o que estava posto não era o melhor, mas que se estava
489 fazendo alguma coisa, e que o tema estava em constante debate pelos organismos
490 internacionais e pelas três esferas de governo. **Narciso Vieira**: Informou que havia ido à
491 Caixa Econômica Federal com a conselheira do Conanda Marta Tonin e a Procuradora
492 do Estado, para intermediar junto a Caixa a fim de ela aceitasse a certidão
493 administrativa emitida pela Funai para que os índios pudessem receber o pagamento dos

494 seus direitos sociais (seguro desemprego, e outros). A conselheira Marta complementou
495 sobre a ida à Superintendência da Caixa para tratar da documentação dos indígenas,
496 esclarecendo sobre os compromissos assumidos pela Caixa. **Cristina Guimarães:**
497 esclareceu que o Conanda estava realizando a assembléia descentralizada porque havia
498 chegado ao conselho desde dois mil e quatro, por ocasião da I Oficina essa demanda.
499 Esclareceu também, que os encaminhamentos da oficina estavam sendo realizados, a
500 exemplo do Projeto de formação dos Conselheiros dos direitos e tutelares com as
501 crianças indígenas. **Senhor Ovidio:** Destacou que já haviam conseguido avançar a favor
502 dos índios. Já com relação à formação, salientou que a mesma era para os funcionários e
503 não para os índios, solicitando a inclusão dos mesmos ao processo desde a sua
504 elaboração e não somente nos eventos de capacitação, mas envolvendo povos indígenas
505 em todas as ações. Quanto à certidão de nascimento, disse que a Funasa só aceitava
506 documento de índio, ou seja, certidão administrativa. **Considerações dos**
507 **Representantes da Mesa: Rosângela:** Falou do primeiro Cras Indígena que já estava
508 funcionando dentro da nova normativa da assistência social, considerando um grande
509 avanço dizer que existia a proteção especial e o plano operacional do Cras. **Leilá**
510 **Leonardos:** Disse esperar construir as relações externas que estavam afetadas a esta
511 questão. Disse que não falava do documento de identificação (o registro civil), mas de
512 um documento brasileiro de identidade. **Mariza Tardelli:** Agradeceu, ressaltando os
513 conteúdos importantes aqui apresentados. Disse que tinha sido a primeira vez o seu
514 contato com a problemática indígena e que estava sentindo-se impotente, mas que era
515 preciso perder o medo e trabalhar junto, para construir uma metodologia e, que ela não
516 ia embora com a sensação de que não poderia fazer nada. **Marina / Presidente do**
517 **Conselho Estadual dos Direitos:** Com relação à Formação dos conselheiros informou
518 que ainda não haviam realizado todas as reuniões, mas que iriam aos municípios com
519 toda a rede montada, detalhando os procedimentos a serem adotados e que estava à
520 disposição para as articulações necessárias. **Helena / Unicef:** Alegou que estava
521 falando para os parceiros e que era uma provocação externa. Considerou uma discussão
522 importante e novamente questionou o que estavam fazendo ali. Que a provocação era
523 para que todos pensassem e refletissem. Disse que havia muitas questões positivas e que
524 esse diálogo havia começado em mil novecentos e noventa e nove. **Terezinha / CNPI:**
525 Agradeceu a oportunidade de poder divulgar a Comissão e os trabalhos realizados. **Júlia**
526 **Conanda:** Propôs que a Comissão de Políticas Públicas convidasse a Comissão
527 Nacional para expor seu trabalho. Quanto à provocação da Senhora Helena, disse que se
528 deveria provocar para construir juntos, mas que os parceiros deveriam falar por eles.
529 Quanto ao Encontro Nacional dos Povos Jovens das Florestas, lamentou que o
530 Conanda não havia recebido Convite, por se tratar de assunto afeto ao Colegiado.
531 Finalizando, informou a todos a realização da Assembléia Ordinária do Conanda no dia
532 seguinte, estando a mesma aberta a todos e que as suas deliberações seriam divulgadas
533 na abertura da Conferência Estadual dos Direitos, também no dia seguinte. **Marina de**
534 **Bragança / CEDCA:** Agradeceu a todos, dizendo o seu orgulho em receber o Conanda
535 no seu Estado. Ratificou a sua fala na Audiência Pública, dizendo que sabiam muito
536 pouco sobre a criança indígena e que não cabia discutir sem envolver a comunidade
537 indígena. Na oportunidade, entregou um "mimo" aos conselheiros do Conanda e aos
538 integrantes da Mesa, mimo este feito pelos meninos do Programa de Internação
539 Provisória. A Vice-Presidente do Conanda, agradeceu o apoio do Conselho Estadual dos
540 Direitos e enalteceu a importância do diálogo. Agradeceu aos povos indígenas, aos
541 conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares pela presença e participação.
542 Finalizando, o Conselho Estadual dos Direitos ofereceu Cooff Break aos presentes.
543 **Visita a uma Aldeia Indígena Urbana:** As dezessete horas os conselheiros do
544 Conanda juntamente com a Secretária de Assistência Social e a Presidente do Conselho
545 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente visitaram a Aldeia Indígena Urbana,
546 na cidade de Campo Grande, onde foram recebidos pelas lideranças locais e moradores
547 da Aldeia. Os conselheiros visitaram também a Escola Pública Municipal onde as
548 crianças indígenas estudavam. Dando prosseguimento, no terceiro dia foi realizada a

549 Assembléia Ordinária do Conanda com a participação de representantes externos. A
550 Senhora Presidente fez a abertura dos trabalhos apresentando três pontos de pauta a
551 serem tratados, os quais foram aprovados por todos, conforme segue: I)
552 **Encaminhamentos; II) Relato das Comissões Temáticas e da Comissão**
553 **Organizadora da VII Conferência Nacional; III) Informes.** Inicialmente, os
554 conselheiros fizeram uma breve avaliação dos trabalhos realizados com destaque para
555 os itens que seguem: a excelente estrutura do evento; a Presidente do Conselho Estadual
556 dos Direitos como excepcional anfitriã; a participação indígena e dos demais Conselhos;
557 pouca participação dos conselheiros do Conanda; a complexidade do tema; a
558 necessidade de maior divulgação das Assembléias Descentralizadas aos Conselhos
559 Estaduais dos Direitos; o aprofundamento do tema; a falta de preparo de alguns
560 palestrantes; a discordância da fala da representante do Unicef na Mesa III de debates;
561 a falta de convite ao Conanda para participação do Encontro dos Povos Jovens
562 Indígenas das Florestas e, falta de envio com antecedência dos encaminhamentos da I
563 Oficina da Criança e do Adolescente Indígena. I - **Encaminhamentos:** Foram
564 deliberados pela plenária os seguintes encaminhamentos: 1 - **Plenária Especial sobre a**
565 **Questão Indígena - Divulgação:** a) Divulgar resultados da Assembléia
566 Descentralizada, com dossiê público no site do Conanda; b) Encaminhar os resultados
567 da Assembléia Descentralizada aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do
568 Adolescente e, solicitar que os Estados se articulem com os conselhos municipais dos
569 direitos da criança e do adolescente e com os conselhos tutelares. 2 - **Articulação dos**
570 **esforços no âmbito do Governo Federal;** a) Continuar a desenvolver as ações que
571 deverão desembocar numa política especial de atendimento às crianças e adolescentes
572 indígenas de forma articulada com os outros órgãos governamentais e não
573 governamentais, como já vem sendo realizado até o momento. A Comissão Nacional de
574 Política Indigenista (CNPI), sob a presidência da FUNAI e a Secretaria Especial de
575 Políticas da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPPIR), devem se
576 constituir em parceiros estratégicos nesse processo; b) Agendar reunião com a
577 presidência da Fundação Nacional do Índio, (FUNAI), a Presidência do Conanda e a
578 Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, (SPDCA) para
579 discutir a ação conjunta da FUNAI, CNPI, Conanda e SPDCA; c) Solicitar a
580 documentação (subsídios) que vem sendo produzida pela CNPI visando subsidiar as
581 propostas de ação conjunta; d) Participar de reunião da CNPI para discutir os
582 encaminhamentos propostos pela 156ª Assembléia Ordinária. Checar a possibilidade de
583 reunião em novembro de dois mil e sete; e) Articular com a Comissão Intersetorial de
584 Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-juvenil, Conaeti, Fórum Nacional
585 PETI para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento no abuso, exploração
586 sexual e trabalhista das crianças indígenas. 3 - **A questão indígena no âmbito do**
587 **Conanda:** a) Monitorar encaminhamentos das propostas da I Oficina sobre crianças e
588 adolescentes indígenas - dois mil e quatro, da Plenária do Conanda de agosto de dois
589 mil e sete e desta Assembléia Descentralizada. Aprofundar as discussões sobre a
590 questão de se criar um GT específico sobre a questão indígena ou um mais geral a
591 Diversidade; b) Oficiar Fórum DCA sobre necessidade de Assegurar representante
592 indígena nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente Municipal, Estadual e
593 Nacional; c) Recomendar ao Ministério da Justiça que a Funai tenha representação no
594 Conanda; d) Prever no orçamento de dois mil e oito linhas de financiamento do Fundo
595 Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA para projetos em comunidades
596 indígenas; e) Realizar oficinas para mapeamento, identificação e aprofundamento de
597 temas como infanticídio, suicídio e abuso sexual (três oficinas) visando subsidiar a
598 elaboração das diretrizes de uma política especial de atendimento às crianças e
599 adolescentes indígenas; f) Analisar a Resolução nº 91 do Conanda e propor alterações
600 com vistas a revisar atuação do Conselho Tutelar nas comunidades indígenas. 4 - **Junto**
601 **a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA):**
602 **a) Estudar metodologia de acolhimento familiar da criança indígena para subsidiar a**
603 **implementação ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária junto às**

604 populações indígenas; b) Desenvolver uma metodologia de capacitação de conselhos
605 tutelares e dos direitos por intermédio do acompanhamento que a coordenação do
606 Programa Pró Conselho Brasil fará ao curso de capacitação de conselheiros de
607 Dourados em parceria com a Secretária de Estado de Trabalho, Assistência Social e
608 Economia Solidária do governo do Mato Grosso do Sul; c) Replicar o Projeto de
609 Capacitação do Mato Grosso do Sul em âmbito nacional. **5 - Junto a outros Órgãos do**
610 **Governo Federal:** a) Oficiar ao Presidente da República sobre a necessidade da
611 proteção ambiental e social na implantação do Programa de Aceleração do Crescimento
612 - PAC, bem como, que os recursos do PAC cheguem às populações indígenas; b)
613 Oficiar a casa civil (gestão do Plano de Aceleração do Crescimento) sobre a questão da
614 violação dos direitos na implantação das usinas em Mato Grosso do Sul; c) Monitorar as
615 demandas à Superintendência da Caixa Econômica Federal sobre documentação dos
616 indígenas realizadas durante a Assembleia Ordinária Descentralizada. **6 - Sobre as**
617 **questões fundiárias:** a) Solicitar a intervenção do Ministro Paulo Vannuchi para a
618 tomada de medidas, de sua alçada, para a solução dos problemas fundiários relacionados
619 às terras indígenas; b) Fazer gestão junto aos senadores do Estado do Mato Grosso do
620 Sul para conhecer as ações que eles estão desenvolvendo, propor a criação da Frente
621 Parlamentar da Terra Indígena e informar os resultados da Assembleia Descentralizada;
622 c) Articular com os Deputados Estaduais presentes na Audiência Pública para a criação
623 da Frente Parlamentar da Terra (Estadual); Pautar as frentes parlamentares de defesa da
624 infância e adolescência sobre a questão da criança indígena e os problemas decorrentes
625 da falta de terra; d) Reforçar o ajustamento de conduta proposto pelo Ministério Público
626 para as questões da terra indígena. **7 - Mobilização das comunidades indígenas e**
627 **envolvimento do segmento nas elaborações de políticas públicas:** a) Recomendar
628 que a SPDCA dê continuidade à parceria com a FUNAI para realização do encontro
629 nacional da juventude indígena. **II - Relatos das Comissões Temáticas e da**
630 **Conferência Nacional:** As Comissões se reuniram no dia dois de outubro para tratarem
631 de assuntos específicos de suas áreas de atuação, conforme relatos: **1 - Comissão de**
632 **Políticas Públicas - Defesa de Direitos Humanos nas Políticas Públicas:** a)
633 Continuar acompanhando o caso Champinha. Realizar reunião em São Paulo no dia
634 quinze de outubro de dois mil e sete às quinze horas. Antes da reunião os conselheiros
635 deverão manter contatos com o Defensor Público Flávio Frasseto que está atuando no
636 processo bem como, manter contatos com representantes da Fundação Casa - SP. Os
637 conselheiros Carmen, Júlia, Ariel, Manoel Onofre, Thereza de Lamare e Maria Luíza
638 foram designados para participarem da reunião e definir estratégias acerca da visita bem
639 como a viabilização da mesma; b) Reiterar a realização da oficina da ABMP sobre
640 Saúde Mental abordando a questão do adolescente em conflito com a lei. Garantir a
641 participação de representante da Comissão Intersetorial sobre Saúde Mental do
642 Ministério da Saúde e do Fonaciad. A oficina será patrocinada pelo Ministério da
643 Saúde. Providências: Solicitar ao Ministério da Saúde a minuta da proposta, com base
644 no modelo apresentado pela ABMP. Esta proposta deverá sofrer ajustamento em relação
645 aos atores que participarão das oficinas (saúde, assistência social, gestores do sistema,
646 membros do sistema de justiça, adolescentes e outros); Apresentar a proposta ao
647 Conanda para deliberação da próxima reunião da Comissão e Plenária: **Ação**
648 **Parlamentar:** a) Apresentar proposta de "Moção de Apoio" ao PL Depoimento sem
649 Dano a ser enviada ao Congresso Nacional - A minuta será apresentada para
650 deliberação da plenária; b) Definir agenda de trabalho inicial para o aprofundamento
651 das discussões de composição de Grupo de Trabalho mais amplo para o
652 acompanhamento e monitoramento do Projeto de Lei de Execução das Medidas
653 Socioeducativas - responsáveis: conselheiros Júlia e Onofre articularão reunião para a
654 Assembleia do mês de novembro de dois mil e sete. **Monitoramento do Sinase:** a)
655 Encaminhar à Comissão Interministerial do Sinase, por intermédio dos conselheiros
656 Ariel, Júlia e Solange, as seguintes propostas: efetuar levantamento de estrutura e
657 equipamentos culturais para interagir com as unidades de internação - responsável:
658 Ministério da Cultura; Avaliar por um ano as ações a serem desenvolvidas com relação

659 ao Sinase, com metas e orçamento - responsável: Ministérios que compõem o Sinase;
660 Discutir o Co-financiamento das Medidas Socioeducativas em meio aberto -
661 responsável: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome; Definir o papel do
662 Conanda na Comissão Intersetorial, quanto a propostas e estratégias; Agendar próxima
663 reunião da Comissão para o dia doze de outubro de dois mil e sete; b) Contatar com a
664 Comissão de Mobilização e formação para elaborar a metodologia da reunião de
665 sensibilização com os Conselhos Estaduais dos Direitos para implementação do Sinase
666 - responsáveis: Conselheiros Antônio e Solange; Solicitar ao Ministério da Educação
667 uma pesquisa sobre a questão educacional no âmbito da execução das medidas
668 socioeducativas privativas e restritivas de liberdade - deliberação na Assembléia do mês
669 de novembro de dois mil e sete; **Monitoramento do Plano Nacional de Convivência**
670 **Familiar e Comunitária:** a) Apresentar na Assembléia do mês de novembro as
671 competências e atribuições do Conanda estabelecidas no Plano Nacional de Promoção e
672 Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária - responsáveis: Conselheiros
673 Onofre e Solange; Planejar a realização de oficinas sobre a implementação do Plano
674 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária com populações quilombolas e
675 indígenas (Definir data); **GT Aprendizagem:** a) Agendar reunião do GT Aprendizagem
676 para o primeiro dia da Assembléia do mês de novembro de dois mil e sete -
677 Providências: Enviar ofício ao Ministério da Educação (Setor de Educação à Distância
678 convidando-o a estar presente na reunião do GT para discutir pontos a serem debatidos
679 na oficina). Proposta: dia seis de novembro de dois mil e sete, (às dezesseis
680 horas). Enviar ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego (Secretaria Nacional de
681 Políticas Públicas) convidando-a a estar presente na reunião do GT - em horário
682 diferenciado do MEC, para discutir a necessidade de regulamentação do artigo da lei de
683 aprendizagem que trata do assunto nos órgãos públicos, autarquias e fundações.
684 Proposta dia seis de novembro às quatorze horas; b) Solicitar ao Ministério do Trabalho
685 e Emprego o adiamento da audiência com o Ministro para tratar das questões
686 relacionadas à aprendizagem por problemas de agenda dos conselheiros Miriam e
687 Antônio. **Articulação com outros conselhos:** a) Estreitar a articulação com o Conselho
688 Nacional da Juventude para definir agenda comum como o enfrentamento da redução da
689 idade penal, a implementação do Sinase, a aprendizagem e o Pró-jovem - agendado
690 para dois mil e oito; b) Agendar com a Comissão de Políticas Públicas do Conselho
691 Nacional de Assistência Social - CNAS para apreciar proposta elaborada pelo
692 Ministério do Desenvolvimento Social acerca da normatização do funcionamento de
693 abrigos - deliberação na Assembléia do mês de novembro de dois mil e sete; c)
694 Convidar Dirigentes da Comissão Nacional de Política Indigenista para expor o trabalho
695 na Comissão de Políticas Públicas. **2 - Comissão de Mobilização e Formação -**
696 **Acompanhamento e mediação da crise do Conselho Estadual de Santa Catarina:** a)
697 Enviar relatório da visita ao Estado de Santa Catarina para tratar sobre de assunto sobre
698 a renúncia coletiva da sociedade civil no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
699 do Adolescente a todos os conselheiros para análise e sugestões - Responsável:
700 conselheira Marta Tonin; b) Oficiar ao Ministério Público e ao CEDECA apontando as
701 irregularidades existentes no Conselho Estadual tanto por parte da Sociedade Civil
702 como do Governo - Responsável: Secretaria Executiva do Conanda; c) Elaborar minuta
703 de ofício ao Governador do Estado de Santa Catarina ressaltando os seguintes pontos: a
704 importância do Conselho Estadual dos Direitos, a possibilidade do Estado não receber
705 recursos enquanto não normalizar a situação, estipular prazo para restabelecer a
706 representação da sociedade civil no Conselho; enviar cópia do Ofício ao Ministério
707 Público e ao Conselho Estadual. Responsáveis: Presidente Carmen, conselheiros Marta
708 e Caporal. **3 - Comissão de Orçamento e Finanças:** a) Aprovar o cronograma de
709 captação de recursos para o FNCA; b) Solicitar as comissões às prioridades para o
710 orçamento de dois mil e oito. **4 - Comissão Organizadora da VII Conferência**
711 **Nacional:** a) Aprovada as sugestões da Comissão de mudanças e complementação da
712 Programação da VII Conferência. **5. Encaminhamentos comuns a todas as**
713 **Comissões:** a) Requer que os coordenadores das comissões enviem os seus relatórios

714 das deliberações da 156ª Assembleia Descentralizada à Secretaria Executiva do
715 Conanda o mais urgente possível; b) Instar a todos os conselheiros da sociedade civil
716 que utilizam passagens aéreas devolver os comprovantes imediatamente após o seu
717 retorno para não comprometer a próxima viagem; c) Indicar os (as) conselheiros (as)
718 Elénice, Ariel, Beatriz e a Vice-Presidente Júlia para participar do lançamento da
719 Agenda Social no dia onze de outubro de dois mil e sete. Não tendo mais nada a ser
720 tratado, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a
721 Assembleia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pela Senhora
722 Presidente.

723

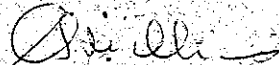
724

725

726

727

728


Carmen Silveira de Oliveira
Presidente